

TBR, Marcelo Iorio, GLO, Casa Ochoa, SER, Jovana Figueiredo

JANAÍNA FIGUEIREDO

Jovana Figueiredo para O GLOBO

Milei faz país de laboratório

Em recente artigo intitulado "Uma situação perigosa", o economista salvadoreño Manuel Hinds, que comandou a pasta de Economia em 1979 e de Finanças entre 1975 e 1999, considerado um dos ideólogos da dolarização em seu país, analisou o programa econômico do presidente da Argentina, Javier Milei, e utilizou uma metáfora que pode parecer exagera-

da, mas não é. Hinds, que por questionar o governo de Nayib Bukele foi perseguido e hoje vive exilado na Europa, comparou a Argentina com uma fazenda, na qual o dono, de uma hora para outra, decide deixar de alimentar seus animais para reduzir custos e equilibrar contas. "Depois de alguns meses, a alimentação dos animais é retomada, com a esperança de que eles ainda estejam lá, e de que esta horrível solução não tenha de voltar a ser aplicada", escreveu o economista, até pouco tempo atrás admirado por colegas que assessoram o presidente argentino.

As principais medidas aplicadas pelo governo de Milei foram cortes de gastos para buscar o equilíbrio fiscal e uma desvalorização de cerca de 50% do peso. Em paralelo, a inflação disparou. Os argentinos estão sufocados por aumentos de preços internos que, em alguns casos, variam diariamente. O impacto desse programa, quando parecer um rumo claro, é uma gradual paralisação da economia e, em consequência, uma queda expressiva de consumo. Em fevereiro, a venda de alimentos e bebidas caiu, segundo dados de empresas de consultoria priva-

das, 33,3%; a de medicamentos, 39%; e a de materiais elétricos e de construção, 28,2%. Várias fábricas estão fazendo suspensões temporárias de suas produções.

"As pessoas mais afetadas por este terrível imposto [a inflação] são os assalariados e os aposentados, ou seja, a classe média, ou mais precisamente a antiga classe média. A estratégia segue a lógica de um psicopata", enfatiza Hinds.

Milei aplicou sua serra elétrica e quem está pagando o custo de sua decisão não é a casta política, são os setores mais vulneráveis cujos artigos passaram a ter mais visibilidade na mídia argentina com quase 60% de taxa de pobreza.

O país virou um laboratório no qual Milei implementa suas receitas para reduzir drasticamente o Estado sem sensibilidade humana alguma. Em cada ambiente onde se circula, o mantra nacional de "no hay plata" aparece. Estive recentemente numa reunião de condomínio na qual o síndico falava como o presidente. Em resumo: o dinheiro acabou, precisamos parar as obras, pisar no

freio e esperar. Todos os moradores reclamaram pelo aumento de condomínio, dos tributos imobiliários e, um deles, chegou a sugerir uma rebelião fiscal. Quando a mesma situação se discute na casa de uma família de classe média, a decisão é sobre que alimentos comprar, ou onde conseguir refeições de comida, nos casos mais dramáticos.

Fiquei impactada com o depoimento do dono de um armazém a um canal de TV local, no qual o pequeno empresário dizia que tinha decidido fechar o comércio que sua família teve durante décadas. Com lágrimas nos olhos, este argentino de classe média afirmava que estava fazendo o sacrifício que Milei pediu ao país, com a esperança de que dias melhores virão. Será que virão? Me perguntou, e se perguntam muitos na Argentina.

A metáfora da fazenda de Hinds não é exagerada. Milei aplicou sua serra elétrica e quem está pagando o custo de sua decisão não é a casta política, são os setores mais vulneráveis. O país virou um laboratório no qual, por enquanto, os únicos que se reproduzem são os pobres.

Caracas convida ONU e UE para observar eleições

Centro Carter, dos EUA, também está entre os selecionados para avaliar a disputa presidencial, marcada para 28 de julho; Maduro busca reeleição, e principal opositora está inabilitada pela Justiça chavista

GLOBO

A União Europeia (UE), o Centro Carter, dos Estados Unidos, e um painel de especialistas das Nações Unidas estão entre os convidados para observar as eleições presidenciais da Venezuela, marcada para 28 de julho, nas quais o presidente Nicolás Maduro deverá tentar a reeleição. A UE enviou uma missão em 2021 para as últimas eleições de governadores e prefeitos, enquanto o Centro Carter e a ONU também enviaram painéis de especialistas.

—Estendemos um convite para que participem como observadores eleitorais, desde que cumpram os requisitos e regulamentos constitucionais

e legais estabelecidos — afirmou o presidente do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), Elvis Amoroso, ontem.

PRAZO CURTO

A data da eleição presidencial foi anunciada dias atrás para daqui a quase cinco meses, um prazo que, segundo especialistas, dificultará uma missão de observação europeia. A UE ainda não se pronunciou.

O CNE, acusado de servir ao chavismo, também convidou representantes da Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe (CELAC), dos Brics, da Comunidade do Caribe (Caricom), da União Interamericana de Organismos Eleitorais (UIO) e da União Africana.

A observação europeia faz parte do acordo assinado pelo governo e pela oposição em outubro passado, em Barbados, como parte do mecanismo de diálogo mediado pela Noruega. Uma fonte próxima às negociações esclareceu que a missão deve ser estritamente técnica, sem envolvimento de atores políticos.

No chavismo, havia resistência à visita do bloco, cuja missão em 2021 terminou abruptamente depois que Maduro rotulou os observadores como "inimigos" e "espies".

Em sua relação, a chefe da missão, a eurodeputada portuguesa Isabel Santos, identificou melhorias no sistema de validação como o uso de recur-

sos públicos na campanha, o estabelecimento de pontos de controle do partido governista em centros de votação e a desqualificação "arbitrária" de candidatos.

Amoroso foi controlador-geral da Venezuela e responsável por inabilitar líderes políticos como María Corina Machado, que venceu nas primárias da oposição para enfrentar Maduro em julho, e está proibida de participar de eleições por 15 anos por decisão do Tribunal Supremo, alinhado ao chavismo. A gestão de Amoroso foi controladora livre de sanções da UE, que o governo exigia que fossem retiradas para permitir a missão no país.

—Enquanto houver um venezuelano no venezuelano sancionado pela União Europeia e enquanto houver alguma sanção contra o Estado venezuelano, eles [UE] estarão impedidos de vir à Venezuela para observar qualquer tipo de eleição — disse Jorge Rodríguez, chefe do Parlamento e da delegação chavista no diálogo, em novembro.

DESAFIO DE MARIA CORINA
O Centro Carter, por sua vez, reconheceu em 2021 passos que abriram portas para "maior confiança e credibilidade", mas alertou sobre as "decisões políticas e legais" que minam a independência do órgão eleitoral. Uma delegação da organização viajou à Venezuela em novembro para se reunir com autoridades do governo e

representantes da oposição. Até agora, no entanto, o centro também não se posicionou sobre o convite.

O prazo para inscrição de candidaturas foi fixado entre 21 e 25 de março, e a campanha eleitoral será de 4 a 25 de julho. A oposição, por sua vez, enfrenta uma corrida contra o tempo para definir um substituto para María Corina, que não poderá inscrever sua candidatura no CNE. Mesmo assim, até agora a oposição permanece firme e percorre o país em campanha.

—Aqueles que estão falando de substitutos (...) sim, aqui há um substituto, sabem quem? A que vai substituir Nicolás Maduro, que sou eu — disse a líder em um comício ontem

Mulheres transformam terras desminadas na Colômbia

Grupo de agricultoras formado por mães solo, chefes de família, idosas e uma Down plantam café e cacau e ganham autoestima

THIATZ GUIMARÃES

thiataz.guimaraes@globo.com

Diante a maior parte de sua vida, a agricultora Paola Mejía, de 37 anos, conviveu com a violência dos grupos armados na Colômbia sem ter outra perspectiva. Tudo começou a mudar em 2015, quando o Serviço Nacional de Aprendizagem (Sena) —uma espécie de Sefbra do país— abriu uma chamada para capacitação de homens e mulheres do campo interessadas em aprender sobre o processamento de cacau. O curso, que durou dois anos, levou à criação da Associação de Mulheres Produtoras de Cacau de Cubarral (Asomucac), um grupo formado por 11 camponesas que inclui mães solo, chefes de família, idosas e uma Down. Em sete anos, a organização, que não tem fins lucrativos, multiplicou por seis suas vendas, garantindo a subsistência de cerca de 40 pessoas. Mas mais do que isso, ensinou às suas associadas algo instintivo: o poder da autoestima feminina.

—O nascimento da Asomucac permitiu que nós nos tornássemos conhecidas por criarmos um meio de subsistência para nossas lãs — disse Mejía ao GLOBO.



União. Agricultoras da Associação de Mulheres Produtoras de Cacau de Cubarral, na Colômbia, em uma plantação

Antes disso, muitas de nós estávamos enraizadas em fazendas. Não saíamos, não socializávamos, não tínhamos autoconfiança. Graças à organização, podemos perceber que somos grandes líderes e dizer, sim, nós podemos, sim, nós temos sucesso.

As origens da Asomucac remetem aos processos de paz da Colômbia. Em 2016, um ano antes da assinatura do

histórico Acordo de Paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que levou à desmilitarização de 1 mil guerrilheiros. Entre outros aspectos, as negociações contemplavam ainda a limpeza das terras contaminadas por minas terrestres e sua posterior distribuição para pequenos agricultores. Foi a partir dessa iniciativa

que, em 2017, a Asomucac recebeu das mãos do Estado 100 hectares de terra em Cubarral, um município de pouco mais de 7 mil habitantes no departamento de Meta. É lá que as 11 famílias plantam o café e o cacau processado pela associação em 60% do terreno, o restante é dividido entre elas para produção de víveres diversos, como banana, mandioca e

citrícos, que servem para consumo próprio ou complementação de renda.

VENDAS DISPARARAM

O projeto começou modesto, com vendas mensais que giravam em torno de 500 mil pesos. Mas hoje, conta com clientes em todo o país e conseguiu multiplicar seu faturamento em mais de seis vezes, com vendas anuais que chegam de 30 milhões (R\$ 378 mil) a 40 milhões (R\$ 50 mil) de pesos colombianos — equivalentes a cerca de 30 a 34 salários mínimos.

—Somos responsáveis pela transformação de tudo o que tem a ver com cacau e café aqui da região; cultivamos nossos produtos e nós mesmas os processamos, o que dá ao cliente a garantia de que são produtos livres de agrotóxicos, corantes ou sabores artificiais — afirma Mejía.

A associação não tem fins lucrativos. Todo o dinheiro arrecadado é reinvestido no grupo para comprar maquinário e matéria-prima, além de cobrir os custos de despesas legais e administrativas. No entanto, também são distribuídos pequenos benefícios para as associadas.

Cubarral foi oficialmente declarada livre de minas ter-

restes em maio de 2023, após seis anos de investigação e limpeza. O trabalho de desminagem humanitária mudou a vida dos agricultores locais.

—Nossos agricultores não podiam entrar nessas terras, porque era muito perigoso. Algumas pessoas do nosso vilarejo foram vitimadas pelas minas terrestres e duas perderam as pernas. Isso impediu durante muito tempo que nossas colheitas fossem abundantes e que pudessemos nos beneficiar amplamente da chegada da paz ao território — reflete.

Agora, ela diz, "tudo mudou", porque os produtores rurais se sentem seguros para semear com confiança em toda parte.

A mão de obra feminina é essencial para a economia da Colômbia, especialmente na zona rural. De acordo com o Censo Agrícola Nacional de 2014 (o último realizado), 46% da população que vive no campo é composta por mulheres. Mas se antes elas eram coadjuvantes nesse mercado, hoje comandam diversas iniciativas semelhantes ao redor do país — em Cubarral, além da Asomucac, há uma associação de 60 mulheres que lideram uma cooperativa de laticínios e uma rede dedicada à produção de artesanato a partir de materiais recicláveis e reutilizáveis.

—Sempre há muito potencial dentro de nós, mulheres, e sim, nós podemos — conclui a agricultora.